



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2020**



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

### Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

### Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2020 foi de 3,57 MWh. É responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 12.104 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km<sup>2</sup>, e 31 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 201 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 66 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

### Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

### Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quarto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2017, sendo que o 5º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias



está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

### Reajuste/Revisão Tarifária 2020

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.730 de 21 de julho de 2020 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,90%, sendo de 8,83%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão, e de 8,94%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

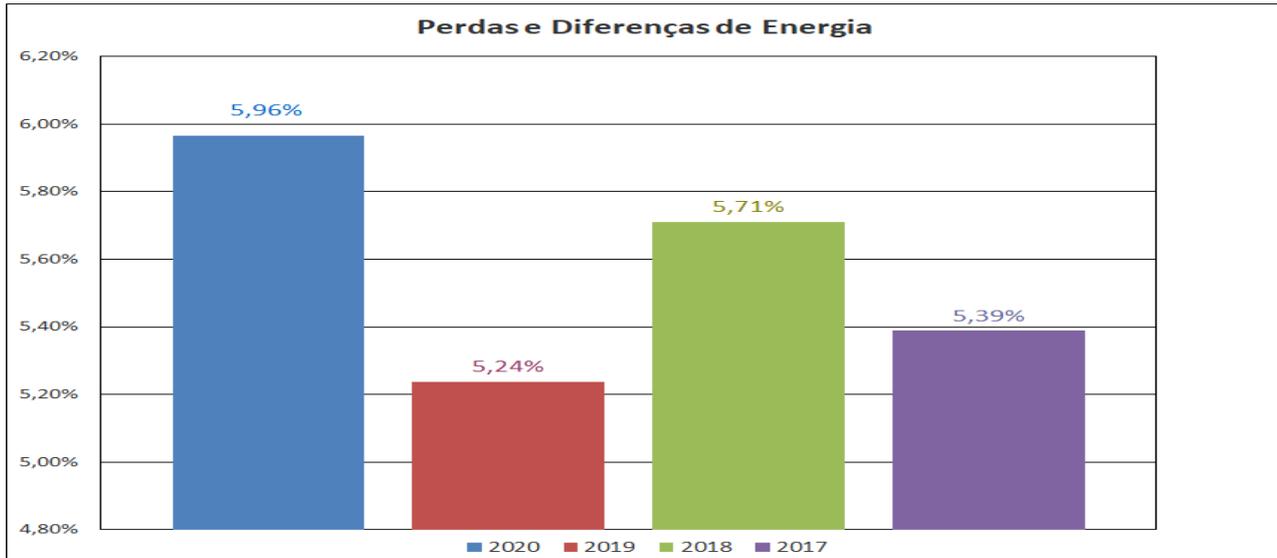
### Desempenho Operacional

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2020. A disponibilidade de energia requerida em 2020 totalizou 69.482 MWh, com diminuição de 1,32% em relação à 2019. Do total da energia requerida, a geração própria representou 5,14%, o suprimento representou 94,01% e a micro e mini geração distribuída 0,85%.

	Balanço Energético em MWh								Taxa de Crescimento %		
	2020	Part.%	2019	Part.%	2018	Part.%	2017	Part %	2020/2019	2019/2018	2018/2017
Suprimento	65.320	94,01%	64.167	91,14%	59.124	91,13%	57.127	90,81%	1,80%	8,53%	3,49%
Geração Própria - Usina Avante	3.573	5,14%	6.037	8,57%	5.725	8,82%	5.759	9,16%	-40,80%	5,45%	-0,60%
Micro e Mini Geração Distribuída	589	0,85%	205	0,29%	29	0,05%	19	0,03%	187,69%	598,62%	56,34%
<b>Total Energia Requerida Mercado MUX</b>	<b>69.482</b>	<b>100,00%</b>	<b>70.408</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.878</b>	<b>100,00%</b>	<b>62.906</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,32%</b>	<b>8,52%</b>	<b>3,14%</b>
Fornecimento Energia Faturada	64.616	79,20%	66.252	83,49%	60.679	82,54%	59.067	82,91%	-2,47%	9,18%	2,73%
Consumidor Livre - Plasbil/Pietrobon	12.107	14,84%	8.943	11,27%	8.640	11,75%	8.334	11,70%	35,39%	3,50%	3,68%
Perdas e diferenças de Energia	4.866	5,96%	4.156	5,24%	4.198	5,71%	3.839	5,39%	17,08%	-1,01%	9,37%
<b>Total de Energia Injetada</b>	<b>81.589</b>	<b>100,00%</b>	<b>79.351</b>	<b>100,00%</b>	<b>73.518</b>	<b>100,00%</b>	<b>71.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,82%</b>	<b>7,93%</b>	<b>3,20%</b>

### Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e geração. Ao longo dos últimos anos as perdas da Mux Energia se mantiveram estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A Mux Energia busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos ou melhorias.



### Mercado de Energia Vendida

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2020, foi de 76.697 MWh (75.169 MWh em 2019).

Dentre os consumidores, a classe de consumo com maior relevância é a industrial que representa 34,26% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 89% do consumo da classe são: preparação de leite e fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2020 (MWh)	Part %	2019 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2020/2019	2019/2018
Residencial	21.230	27,68	19.651	26,14	8,04	3,78
Industrial	26.279	34,26	29.135	38,76	-9,80	17,53
Comercial	10.944	14,27	10.954	14,57	-0,09	3,54
Rural	216	0,28	217	0,29	-0,46	-9,85
Poder Público	695	0,91	893	1,19	-22,17	-3,52
Iluminação Pública	3.624	4,73	3.788	5,04	-4,33	5,36
Serviço Público	1.602	2,09	1.588	2,11	0,88	-0,14
Consumidor Livre	12.107	15,79	8.943	11,90	35,38	3,50
<b>Total</b>	<b>76.697</b>	<b>100</b>	<b>75.169</b>	<b>100,00</b>	<b>2,03</b>	<b>8,47</b>

### Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2020 atingiu 12.104 consumidores, um crescimento de 2,17% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 257 unidades consumidoras, destas 231 são residenciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Consumidor	2020	Part %	2019	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2020/2019	2019/2018
Residencial	10.242	84,62	10.011	84,50	231	2,31	2,48
Industrial	65	0,54	69	0,58	-4	-5,80	-4,17
Comercial	1.678	13,86	1.645	13,89	33	2,01	0,98
Rural	14	0,12	16	0,14	-2	-12,50	-23,81
Poder Público	80	0,66	82	0,69	-2	-2,44	2,50
Iluminação Pública	6	0,05	6	0,05	0	0,00	0,00
Serviço Público	17	0,14	17	0,14	0	0,00	6,25
Consumidor Livre	2	0,02	1	0,01	1	100,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.104</b>	<b>100,00</b>	<b>11.847</b>	<b>100,00</b>	<b>257</b>	<b>2,17</b>	<b>2,18</b>

### Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 49 minutos em 2020. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2018		2019		2020	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	4,52	9	1,97	9	1,02
FEC (nº vezes)	8	3,85	8	2	7	0,86
TMA (minutos)	-	49	-	40	-	35

\* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

### Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2020 o lucro líquido foi de R\$ 1.515 mil, comparado com o de 2019 R\$ 2.573 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 25.917 mil, e em 2019 ficou em R\$ 24.590 mil.

### EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 1.975 mil em 2020 e R\$ 3.009 mil em 2019 representando uma diminuição de 34,37%.

### Investimentos

#### Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2020 foi Obras de Distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 625 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Demais investimentos foram em Instalações gerais.



<b>Investimentos</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Obras de Geração	0	0,00	3	0,00
Obras de Distribuição	625	98,73	1081	95,24
Instalações gerais	8	1,27	51	4,76
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>633</b>	<b>100,00</b>	<b>1135</b>	<b>100,00</b>

<b>Origem dos Recursos</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Recursos Próprios	491	77,56	1135	100,00
Clientes	142	22,44	0	0,00
<b>Total dos Recursos</b>	<b>633</b>	<b>100,00</b>	<b>1135</b>	<b>100,00</b>

### **Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento**

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

### **Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos**

No exercício de 2020, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 510 mil (R\$ 896 mil em 2019), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. Ocorreu também a distribuição das Reservas de Lucros no montante de R\$4,0 milhões, por deliberação dos sócios. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

### **Composição Acionária**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

### **Atendimentos aos Quotistas**

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

### **Administração**

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.



### **Gestão pela Qualidade Total**

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2020 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em dezembro de 2020.

Pelo 5º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25.000 entrevistas.

As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

### **Responsabilidade Social**

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

### **Mensagem de Agradecimento**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 22 de março de 2021.



Rogério Zimmermann Döering  
Diretor Presidente  
CPF: 467.985.280-15



## BALANÇO SOCIAL

em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	2020			2019		
<b>1. Base de Cálculo</b>						
Receita Líquida(RL)			25.917			24.590
Lucro Operacional(RO)			1.508			2.573
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.661			2.382
<b>2. Indicadores Sociais Internos</b>						
	<b>Valor</b>	<b>% sobre</b>		<b>Valor</b>	<b>% sobre</b>	
		<b>FPB</b>	<b>RL</b>		<b>FPB</b>	<b>RL</b>
Encargos Sociais	603	22,66	2,33	546	22,92	2,22
Alimentação	167	6,28	0,64	152	6,38	0,62
Segurança	8	0,30	0,03	8	0,34	0,03
Capacitação e Desenvolvimento Profissi	28	1,03	0,11	17	0,71	0,07
Outros	42	1,58	0,16	64	2,69	0,26
<b>TOTAL</b>	<b>848</b>	<b>31,85</b>	<b>3,27</b>	<b>787</b>	<b>33,03</b>	<b>3,20</b>
<b>3. Indicadores Sociais Externos</b>						
	<b>Valor</b>	<b>% sobre</b>		<b>Valor</b>	<b>% sobre</b>	
		<b>RO</b>	<b>RL</b>		<b>RO</b>	<b>RL</b>
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	19.954	1.323,21	76,99	20.489	796,31	83,32
Contrib. p/a Sociedade	25	1,66	0,10	54	2,10	0,22
<b>TOTAL</b>	<b>19.979</b>	<b>1.324,87</b>	<b>77,09</b>	<b>20.543</b>	<b>798,41</b>	<b>83,54</b>
<b>4. Indicadores Corpo Funcional</b>						
	<b>Nº de Empregados</b>			<b>Nº de Empregados</b>		
Nº Empreg. ativos início ano		31			30	
Nº Admissões no ano		5			5	
Nº Demissões no ano		2			4	
Nº Empreg. ativos fim ano		34			31	
Escolaridade						
Pós Graduação		1			1	
Superior		7			7	
Ensino Médio		16			12	
Ensino Fundamental		8			8	
Faixa Etária dos Empregados						
Até 30 de idade		7			4	
De 31 a 40 anos		8			7	
De 41 a 50 anos		9			8	
Superior a 50		8			9	
Mulheres que trabalham na empresa		7			6	
Menor Aprendiz		2			2	
Nº de ações trabalhistas contra a empres		0			0	
<b>5. Informações referente ao exercício da cidadania</b>						
Nº total de acidentes de trabalho		0			0	
Relação entre a maior e menor remuneração		17,42			15,43	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
		<input checked="" type="checkbox"/> direção			<input checked="" type="checkbox"/> direção	
		<input type="checkbox"/> direção e gerências			<input type="checkbox"/> direção e gerências	
		<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:						
		<input checked="" type="checkbox"/> direção			<input checked="" type="checkbox"/> direção	
		<input type="checkbox"/> direção e gerências			<input type="checkbox"/> direção e gerências	
		<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados	
<b>Nº total de reclamações/críticas consumidores</b>		<b>279</b>			<b>263</b>	
<b>Valor adicionado a distribuir(em milhares de r</b>		<b>24.429</b>			<b>25.875</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado - DVA</b>		<b>%</b>			<b>%</b>	
Govern		<b>83,68</b>		Govern	<b>80,90</b>	
Pessoal		<b>8,89</b>		Pessoal	<b>7,49</b>	
Acionistas		<b>6,20</b>		Acionistas	<b>9,95</b>	
Financiadores		<b>1,23</b>		Financiadores	<b>1,66</b>	



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
em 31 de dezembro de

**Legislação Societária**

Valores expressos em milhares de reais			
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>10.712</b>	<b>15.304</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.731	7.648
Consumidores	5	5.215	4.522
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	497	467
Serviços em Curso	7	99	99
Depósitos Judiciais e Cauções		3	2
Almoxarifado Operacional		547	560
Despesas Pagas Antecipadamente		82	27
Ativos Financeiros Setoriais	12	1.448	1.887
Outros Ativos Circulantes	8	90	92
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.343</b>	<b>7.503</b>
Tributos a Compensar	6	69	82
Créditos a Receber		-	166
Ativo Financeiro da Concessão	9	359	330
Investimentos	10	367	342
Intangíveis	11	6.548	6.583
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>18.055</b>	<b>22.807</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.425</b>	<b>6.339</b>
Fornecedores	13	2.861	2.397
Salários e Encargos a Pagar	14	334	296
Tributos e Contribuições Sociais	15	537	547
Encargos Setoriais	16	573	418
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17	433	762
Passivos Financeiros Setoriais	12	950	1.475
Outros Passivos Circulantes		737	444
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>63</b>
Fornecedores		-	63
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.630</b>	<b>16.405</b>
Capital Social		7.500	7.500
Reservas de Lucros		4.160	8.935
(-)Quotas Próprias em Tesouraria		(30)	(30)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>18.055</b>	<b>22.807</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**  
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Nota	2020	2019
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>45.385</b>	<b>44.263</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		<b>(19.468)</b>	<b>(19.673)</b>
Impostos estaduais		(10.796)	(10.986)
Impostos federais		(4.341)	(4.394)
Impostos municipais		(18)	(16)
Encargos setoriais		(4.313)	(4.277)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>19</b>	<b>25.917</b>	<b>24.590</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(24.409)</b>	<b>(22.017)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>21</b>	<b>(19.327)</b>	<b>(16.620)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(12.394)	(10.518)
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(6.390)	(5.468)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(543)	(634)
<b>Custo de operação</b>	<b>22</b>	<b>(5.082)</b>	<b>(5.397)</b>
Custo de Construção		(607)	(1.107)
Pessoal		(2.661)	(2.382)
Material		(215)	(199)
Serviço de terceiros		(496)	(623)
Depreciação e amortização		(468)	(436)
Outros		(635)	(650)
<b>LUCRO DO SERVIÇO</b>		<b>1.508</b>	<b>2.573</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>23</b>	<b>(17)</b>	<b>(80)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		574	1.039
<b>Despesas financeiras</b>		(591)	(1.119)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>1.491</b>	<b>2.493</b>
Contribuição Social		(137)	(230)
Imposto de Renda		(349)	(586)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP</b>		<b>1.005</b>	<b>1.677</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio		510	896
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.515</b>	<b>2.573</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2020	2019
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.515</b>	<b>2.573</b>
Resultados Abrangentes		-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.515</b>	<b>2.573</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
em 31 de dezembro de

**Legislação Societária**

	Valores expressos em milhares de reais				
	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RESERVA DE LUCROS</b>	<b>LUCROS ACUMULAD.</b>	<b>QUOTAS EM TESOUR.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>7.500</b>	<b>9.117</b>	-	-	<b>16.617</b>
Dividendos Pagos	-	(1.793)	-	-	(1.793)
Aquisição de quotas próprias	-	(67)	-	(30)	(97)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(896)	-	(896)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.573	-	2.573
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.678	(1.678)	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>7.500</b>	<b>8.935</b>	-	<b>(30)</b>	<b>16.405</b>
Dividendos Pagos	-	(5.780)	-	-	(5.780)
Aquisição de quotas próprias	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(510)	-	(510)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.515	-	1.515
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.005	(1.005)	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>7.500</b>	<b>4.160</b>	-	<b>(30)</b>	<b>11.630</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
em 31 de dezembro de

**Legislação Societária**

	Valores expressos em milhares de reais	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>1.847</b>	<b>4.718</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.515</b>	<b>2.573</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>474</b>	<b>443</b>
Amortização	468	436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	7
<b>Variações no ativo</b>	<b>(166)</b>	<b>984</b>
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(693)	21
(Aumento) Redução Serviços em Curso	-	57
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(30)	(235)
(Aumento) Redução Estoque	12	16
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(55)	25
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	441	1.320
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	159	(220)
<b>Variações no passivo</b>	<b>23</b>	<b>718</b>
Aumento (Redução) Fornecedores	464	248
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	39	(12)
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	(184)	(342)
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	(525)	557
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	229	267
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(474)</b>	<b>(902)</b>
Aquisições do Ativo Intangível	(630)	(1.008)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	156	106
Contribuição e Doações do Consumidor	-	-
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(2.719)</b>
Pagamento de dividendos	(5.780)	(1.793)
Aquisição de quotas próprias	-	(30)
Juros sobre o capital próprio	(510)	(896)
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>(4.917)</b>	<b>1.097</b>
Saldo inicial de caixa	7.648	6.551
Saldo final de caixa	2.731	7.648
<b>Varição no caixa</b>	<b>(4.917)</b>	<b>1.097</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

## 01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

### a) Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e Seus Impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, que provoca a doença chamada COVID-19. Em 11.03.2020, a OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado do Rio Grande do Sul, as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, essas medidas foram relaxadas a partir de setembro de 2020 com a redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica, porém em meados de fevereiro e início de março de 2021 voltaram as restrições mais rígidas devido ao agravamento da pandemia. A partir de março de 2020, a Administração da Empresa adotou normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Empresa e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. Entre as principais iniciativas implementadas pela Empresa, destacam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos empregados e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica.

### b) Efeitos do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Contábeis

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira, com efeitos nas operações da Empresa, principalmente pela redução na demanda por energia elétrica no mercado regulado, que foi afetado mais intensamente nas classes de consumo industrial e comercial. Contudo, a classe residencial registrou no ano um crescimento influenciado principalmente pelas medidas de isolamento social. Em 08.04.2020 com vigência até 05.08.2020, foi emitida a Medida Provisória nº 950, pelo Governo Federal, que dispôs sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, estabelecendo isenção nas tarifas de energia, custeada pelo encargo do setor elétrico denominado Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para os consumidores de baixa renda até o consumo de 220 kWh/mês, por um período de três meses, e prevendo recursos por meio de operação de crédito destinada a prover alívio financeiro às distribuidoras de energia elétrica. Nesta mesma data, a Aneel publicou Despacho nº 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante o ano de 2020, a repassar aos

agentes do setor, com características de consumo, os recursos financeiros excedentes disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia. A Empresa obteve acesso aos recursos financeiros no montante de R\$ 775 mil que foram registrados como passivo financeiro setorial. Em 18.05.2020, foi emitido o Decreto nº 10.350 que dispôs sobre a criação da Conta-COVID, destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública. Em 23.06.2020, a Aneel emitiu a Resolução nº 885 que dispõe sobre a Conta-COVID, as operações financeiras, a utilização da CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estas medidas tiveram por objetivo equilibrar o caixa das empresas de distribuição de energia elétrica e evitar que os efeitos da inadimplência e da redução no consumo de energia elétrica durante a pandemia do coronavírus afete todo o setor, bem como amenizar a pressão tarifária sobre os consumidores em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia da COVID-19.

Não obstante, neste momento, a Administração da Empresa não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas operações da Empresa e, conseqüentemente, em suas demonstrações contábeis e nos resultados futuros.

Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

## **02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

### **2.1 - Base de Preparação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

### **2.2 - Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

## **03 – Principais Políticas Contábeis**

### **3.1 - Contratos de Concessão**

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1- Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### **3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

### **3.3 - Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

### **3.4 - Almoxarifado operacional**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

### **3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial**

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual

insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

### **3.6 - Ativo Financeiro da Concessão**

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

### **3.7 - Investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

### **3.8 - Intangível**

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para

aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos**

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

### **3.10 - Encargos Setoriais**

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **3.11 – Contingências Passivas**

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

### **3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

### **3.13 - Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

#### 04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	127	185
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.604	7.463
<b>Total</b>	<b>2.731</b>	<b>7.648</b>

#### 05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

##### Ativo Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			2020	2019
Residencial	1.260	199	44	1.503	-37	1.466	1.291
Industrial	831	1	599	1.431	0	1.431	1.140
Comercial	754	48	13	815	-14	801	689
Rural	8	-	-	8	0	8	8
Poder Público	44	-	-	44	0	44	40
Iluminação Pública	124	-	-	124	0	124	96
Serviço Público	112	-	-	112	0	112	96
Consumidor Livre	104	-	-	104	0	104	106
<b>Subtotal</b>	<b>3.237</b>	<b>248</b>	<b>656</b>	<b>4.141</b>	<b>-51</b>	<b>4.090</b>	<b>3.466</b>
Serviço Taxado	7	4	22	33	-22	11	8
Outros créditos	51	0	0	51	0	51	43
Renda não faturada	1.063	-	-	1.063	0	1.063	1.005
<b>Total</b>	<b>4.358</b>	<b>252</b>	<b>678</b>	<b>5.288</b>	<b>-73</b>	<b>5.215</b>	<b>4.522</b>

##### Ativo Não Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			2020	2019
Industrial	-	-	599	599	-599	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>599</b>	<b>599</b>	<b>-599</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros créditos	-	-	21	21	-21	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>620</b>	<b>620</b>	<b>-620</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Políticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

## 06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IRPJ	39	27
Contribuição Social - CSLL	-	3
ICMS a Compensar	198	-
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	59	78
Programa de Integração Social - PIS	36	64
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	165	295
	<b>497</b>	<b>467</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	<b>69</b>	<b>82</b>
<b>Total</b>	<b>566</b>	<b>549</b>

O ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser efetuado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Os demais impostos serão compensados nos recolhimentos dos tributos calculados na competência seguinte.

## 07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os projetos desenvolvidos pela Empresa referentes aos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, os quais fazem parte dos encargos setoriais. No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência – FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais”.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	99
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	99	-
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>99</b>

## 08 – Outros Ativos Circulantes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros Devedores	44	51
Proinfa Recolhimento Antecipado	-	-
Subsídios Tarifários *	46	41
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>92</b>

\* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

## 09 – Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01(IFRIC 12), a Empresa tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

<b>Saldo inicial do Ativo Financeiro</b>	<b>330</b>
Transferência do Intangível	29
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-
<b>Saldo final do Ativo Financeiro</b>	<b>359</b>

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo Financeiro da Concessão	359	330
Ativo Intangível da Concessão	6.548	6.583
<b>Total Contrato de Concessão</b>	<b>6.907</b>	<b>6.913</b>

## Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que a Mux Energia em 11/10/2012 protocolou requerimento na ANEEL formalizando interesse na prorrogação da concessão. Em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deverá observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

### Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 691 de 08.12.2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Participações Societárias Permanentes	298	272
Outros Investimentos	69	70
<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>342</b>

### 11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Em serviço (Líquido)	7.835	7.855
Em Curso	247	219
Obrigações especiais (Líquida)	(1.534)	(1.491)
<b>Total</b>	<b>6.548</b>	<b>6.583</b>

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

<b>Saldo do Intangível em 31/12/2019</b>	<b>6.364</b>	<b>219</b>	<b>6.583</b>
Adições	-	1.291	1.291
Baixas	(157)	-	(157)
Amortização	(468)	-	(468)
Transferência - Ativo Intangível	634	(1.263)	(629)
Transferência - Ativo Financeiro	(29)	-	(29)
Obrigações Especiais	(43)	-	(43)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>6.301</b>	<b>247</b>	<b>6.548</b>

### **Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	1.389	1.247
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	498	498
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	306
Amortização	(571)	(472)
Participações em Curso	(127)	(127)
<b>Total</b>	<b>1.534</b>	<b>1.491</b>

### **12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Principais Políticas Contábeis, a Empresa reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Reajuste Tarifário de 2020 (em compensação)</b>		
Parcela A	364	1.270
<b>Varição capturada para Reajuste Tarifário de 2021</b>		
Parcela A	1.015	617
Demais ativos financeiros setoriais	69	-
<b>Total Ativo</b>	<b>1.448</b>	<b>1.887</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Reajuste Tarifário de 2020 (em compensação)</b>		
Parcela A	183	410
Demais passivos financeiros setoriais	33	325
<b>Varição capturada para Reajuste Tarifário de 2021</b>		
Parcela A	103	222
Demais passivos financeiros setoriais	196	189
Devoluções Tarifárias	435	329
<b>Total Passivo</b>	<b>950</b>	<b>1.475</b>

**CVA:** Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA e Energia Elétrica comprada para Revenda. Integram ainda os valores apurados referente a neutralidade da Parcela A. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

**Reajuste tarifário de 2020 em compensação:** representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2020 a 21 de julho de 2021.

**Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2021:** É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2020 a 31 de dezembro 2020 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2021.

### 13 – Fornecedores

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Encargos de uso da rede elétrica	635	-
Suprimento de energia elétrica	2.188	2.301
Materiais e Serviços	38	96
<b>Total</b>	<b>2.861</b>	<b>2.397</b>

São compostos por contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

#### 14 – Salários e Encargos a Pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Folha de Pagamento Líquida	73	71
Férias	228	195
Tributos Retidos na Fonte	29	26
Consignações em Folha	4	4
<b>Total</b>	<b><u>334</u></b>	<b><u>296</u></b>

#### 15 – Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Circulante</b>		
Programa de Integração Social - PIS	77	64
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFIN	356	296
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	125
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	51	48
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	13	12
Tributos Retidos na Fonte	22	1
Imposto sobre Serviços	1	1
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	17	-
<b>Total</b>	<b><u>537</u></b>	<b><u>547</u></b>

#### 16 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Principais Políticas Contábeis, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9	8
Ministério das Minas e Energia - MME	4	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	0	0
Programa de Eficiência Energética - PEE	163	193
PROCEL	13	38
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	112	62
Encargos de Capacidade Emergencial	0	0
Taxa de Fiscalização	3	2
Adicional Bandeira Tarifária	269	111
<b>Total</b>	<b><u>573</u></b>	<b><u>418</u></b>

#### 17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das

reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2020, a Empresa creditou aos sócios o montante de R\$ 510 mil (R\$ 896 mil em 2019).

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2020, a distribuição foi no valor de R\$ 1.793 mil, referente a lucros acumulados apurados em exercícios anteriores.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	510	896
Imposto de renda retido sobre JSCP	(76)	(134)
<b>Total</b>	<b><u>434</u></b>	<b><u>762</u></b>

## **18 – Patrimônio Líquido**

### **Capital Social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7,5 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

Durante o exercício de 2019, a Empresa adquiriu cotas de sócio quotista que se desligou da sociedade. Referidas cotas estão sendo mantidas em tesouraria até deliberação da Empresa quanto sua destinação.

## 19 – Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>12.102</b>	<b>11.846</b>	<b>64.590</b>	<b>66.226</b>	<b>40.389</b>	<b>41.991</b>
Residencial	10.242	10.011	21.230	19.651	16.189	15.494
Industrial	65	69	10.944	29.135	12.934	14.691
Comercial	1.678	1.645	26.279	10.954	8.116	8.373
Rural	14	16	216	217	105	109
Poder Público	80	82	695	893	534	686
Iluminação Pública	6	6	3.624	3.788	1.357	1.470
Serviço Público	17	17	1.602	1.588	1.154	1.168
<b>Uso da Rede Elétrica de Distrib</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>12.107</b>	<b>8.943</b>	<b>2.055</b>	<b>1.526</b>
Consumidores Livres	2	1	12.107	8.943	2.055	1.526
<b>Fornecimento Não Faturado</b>					<b>58</b>	<b>-15</b>
<b>* Obrigações Especiais (-)</b>					<b>-96</b>	<b>-97</b>
<b>Ativo Financeiro Setorial Líquido</b>					<b>956</b>	<b>-1.776</b>
<b>Outras receitas</b>					<b>2.023</b>	<b>2.634</b>
Receita da Construção					607	1.107
Outras Receitas Operacionais (nota 20)					1.416	1.527
<b>Receita Operacional Bruta</b>					<b>45.385</b>	<b>44.263</b>
<b>Deduções</b>						
<b>Tributos</b>						
PIS					774	784
COFINS					3.567	3.610
ICMS					10.796	10.986
ISS					18	16
<b>Subtotal</b>					<b>15.155</b>	<b>15.396</b>
<b>Encargos Setoriais</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					120	111
Programa de Eficiência Energética - PEE					119	111
Conta de Desenvolvimento Energético					3.943	4.023
Taxa de Fiscalização					32	32
Adicional de Bandeiras Tarifárias					99	-
<b>Subtotal</b>					<b>4.313</b>	<b>4.277</b>
<b>Total de Deduções da Receita</b>					<b>19.468</b>	<b>19.674</b>
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>					<b>25.917</b>	<b>24.590</b>

**Obs.:** O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

\* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e consoante metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

## 20 – Outras Receitas Operacionais

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Arrendamentos e Aluguéis	10	10
Renda da Prestação de Serviços	148	31
Compartilhamento de Infraestrutura	494	444
Subvenção Residencial Baixa Renda	79	42
Subsídios Tarifários	525	574
Serviço Taxado	68	74
Outras Receitas	93	352
<b>Total</b>	<b>1.417</b>	<b>1.527</b>

Estão substancialmente representadas por receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

## 21 – Custo com Energia Elétrica

	<b>Quantidade em MWh</b>		<b>Milhares de R\$</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Energia comprada</b>				
Compra de Energia	65.806	64.678	13.616	12.024
Proinfa	1.522	1.496	543	634
Microgeração	588,66	0,21	320	99
<b>Subtotal</b>	<b>67.916</b>	<b>66.174</b>	<b>14.479</b>	<b>12.757</b>
Crédito Pis e Cofins			(1.542)	(1.605)
<b>Total</b>			<b>12.937</b>	<b>11.152</b>
<b>Uso da Rede de Energia</b>				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			7.048	5.991
Crédito Pis e Cofins			(658)	(523)
<b>Total</b>			<b>6.390</b>	<b>5.468</b>
<b>Total</b>	<b>67.328</b>	<b>66.174</b>	<b>19.327</b>	<b>16.620</b>

## 22 – Custo de Operação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Custo da Operação</b>		
Pessoal	2.170	1.919
Administradores	491	463
Material	215	199
Serviço de Terceiros	496	623
Arrendamentos e Aluguéis	218	208
Seguros	15	15
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	6	7
Tributos	23	22
Amortização	468	436
(-) Recuperação de Despesas	(27)	(25)
Outros Gastos	343	319
Custo da Construção	607	1.107
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	57	104
<b>Total</b>	<b><u>5.082</u></b>	<b><u>5.397</u></b>

## 23 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receita Financeira</b>		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	197	440
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	207	189
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	43	298
Outras Receitas Financeiras	154	160
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(27)	(48)
	<b><u>574</u></b>	<b><u>1.039</u></b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Juros sobre o Capital Próprio	(510)	(896)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(47)	(205)
Outras Despesas Financeiras	(33)	(18)
	<b><u>(590)</u></b>	<b><u>(1.119)</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b><u>(16)</u></b>	<b><u>(80)</u></b>

## 24 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

**Risco de Crédito:** O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

**Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros** - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

## 25 - Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que podem ser provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa junto com seus consultores jurídicos, avaliou as ações existentes e considerando a natureza, estágio e expectativas de perda entende não haver necessidade de se constituir provisão para contingência.

## 26 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

Total Seguro Imóveis	1668	370	50		
	Danos Mat.	Danos Pes.	Morte/Danos Morais		
Seguro veículos	1000	1000	220	05/2020	05/2021
Equipamentos de veículos	149	0	0	07/2020	07/2021
<b>Total Seguro Veículos</b>	<b>1149</b>	<b>1000</b>	<b>220</b>		
	Morte	Invalidez			
Seguros Pessoal/Indiv.	100	100	Vencimento mensal		

## 27 – Ajuste a Valor de Presente

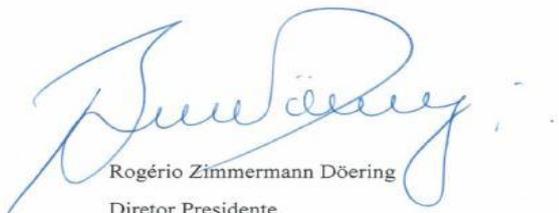
A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

## 28 – Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site [www.muxenergia.com.br](http://www.muxenergia.com.br).

## 29 – Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos vinculantes a data de sua aplicação bem como, do valor do ICMS que deve ser excluído da base de cálculo das contribuições. A Empresa, por meio do processo nº 5009088-26.2018.4.04.7104, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 11/02/2021. A Empresa aguarda que seja expedida a Certidão Narratória possibilitando assim, o ingresso do pedido administrativo de compensação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Considerando o parecer jurídico do respectivo processo tratar o resultado da sentença como ilíquida, não sendo possível a determinação com grau de segurança necessário do valor do crédito, a Empresa nos termos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgou inadequado o seu reconhecimento como um Ativo Contingente visto a falta de condições e segurança necessária para sua mensuração. Não obstante ao fato apresentado que impede seu reconhecimento, no âmbito regulatório o tema está sendo motivo de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visto que a mesma avalia e considera que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Durante o ano de 2020 a ANEEL promoveu a Tomada de Subsídios - TS nº 005/2020 para colher junto as Concessionárias e Permissionários de Serviço Público de Distribuição de Energia informações a respeito dos processos que pleiteiam o reconhecimento dos créditos tributários. Superada a Tomada de Subsídios, já em 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 005/2021 – Processo 48500.001747/2020-22 para discutir com a sociedade, os parâmetros gerais acerca dos valores que devem ser devolvidos ao consumidor. Neste contexto, a Empresa vem envidando os esforços necessários visando garantir a segurança jurídica de forma a subsidiar o processo administrativo via Receita Federal do Brasil para compensação do crédito com tributos devidos, enquanto aguarda as definições no ambiente regulatório.



Rogério Zimmermann Döering  
Diretor Presidente  
CPF: 467.985.280-15



Rosane Rovani de Linhares  
Contadora  
CRC: RS 55.496-O/8  
CPF: 494.609.860-72



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da  
**Muxfeldt Marin & Cia Ltda**  
Tapejara - RS.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante



no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 26 de março de 2021.

BEZ Auditores Independentes S/S  
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Luckmann  
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR